

**PROCEDIMENTO
DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL
À
“CORREÇÃO DA E. R. 9-2.^a NO PORTAL DO
VENTO”**

FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO

PARECER FINAL DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Documento INT-SRAAC/2021/4407

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO	4
3. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO	5
3.1. DESCRIÇÃO DO PROJETO	5
3.2. ALTERNATIVA AO PROJETO CONSIDERADA NO EIA	6
4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO, AVALIAÇÃO DE IMPACTES AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO POR FATOR AMBIENTAL	7
4.1 - METODOLOGIA DO PARECER	7
4.2 - CLIMA	7
4.3 - GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA	8
4.4 - RECURSOS HÍDRICOS	11
4.5 - SOLOS	11
4.6 - ECOLOGIA	13
4.7 - PAISAGEM	18
4.8 - AMBIENTE SONORO	19
4.9 - QUALIDADE DO AR	22
4.10 - GESTÃO DE RESÍDUOS	24
4.11 - CONDICIONANTES E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	27
4.12 - SOCIOECONOMIA	28
4.13 - PATRIMÓNIO	29
5. CONSULTA PÚBLICA	30
5.1 - RESUMO DA CONSULTA PÚBLICA	30
5.2 - CONSULTA A ENTIDADES	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32

1. INTRODUÇÃO

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010, de 15 de novembro, (Diploma AILA), referente ao Projeto de Execução (PE) “Correção da E.R. 9.2ª no Portal do Vento”, abreviadamente abaixo designado por Correção Portal do Vento ou CPV, iniciou-se a 28 de junho de 2021, ou seja, no dia útil a seguinte à entrada na Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC), na qualidade de Autoridade Ambiental, da documentação em suporte digital respeitante ao PE e respetivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

A DRAAC aceitou o início do procedimento de AIA com o envio dos documentos apenas em formato digital, com o fim de serem verificados sobre as condições da sua conformidade com as exigências do Diploma AILA, sob a condição de o procedimento de AIA ficar suspenso entre o envio da notificação ao proponente das exigências para a conformidade do EIA e a receção na Autoridade Ambiental dos exemplares em suporte de papel, reduzindo-se assim o possível impacte ambiental devido à impressão destes antes do conhecimento da necessidade de eventuais alteração dos mesmos para serem declarados conformes para irem para a Consulta Pública.

Assim, nos termos das competências definidas pelo Diploma AILA para a DRAAC, esta constituiu a Comissão de Avaliação (CA) do EIA à CPV composta pelos seguintes Serviços cujos representantes foram nomeados pelos respetivos dirigentes:

- Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental (DACAA) da DRAAC, que preside a CA, representada por Carlos Faria e Nuno Pacheco;
- Divisão de Fauna e Flora Selvagens (DFFS) da DRAAC, representada inicialmente por Maria José Bettencourt em substituição de Paulo Pimentel que integrou posteriormente a CA;
- Divisão de Ordenamento do Território (DOT) da Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH) e representada por Ana Rita Dinis;
- Divisão de Prevenção de Riscos Hidrológicos (DPRH) da DROTRH, representada por Luís Rodrigues;
- Direção Regional das Obras Públicas e Transportes Terrestres (DROPTT), na qualidade de entidade competente para autorizar o Projeto, representada por Natália Moreira da Silva, para apreciar a informação constante do EIA no que respeita aos aspetos técnicos do PE; e
- Serviços de Ambiente e Alterações Climáticas de São Miguel (SAACSM), representados por Isabel Castanho, como entidade gestora do Parque Natural de Ilha de São Miguel onde a CPV se insere parcialmente.

O empreendimento a construir fica abrangido pelo regime de AIA por se enquadrar na alínea d) do Anexo

II do Diploma AILA e incluído em áreas sensíveis.

Não foi realizada qualquer deslocação conjunta da CA à área de estudo devido às restrições relacionadas com a pandemia COVID-19, todavia, os representantes das entidades com sede na ilha de São Miguel tiveram a possibilidade de visitar o local de implantação da CPV no caso de necessidade de verificação no terreno dos aspetos descritos no EIA.

A 4 de agosto de 2021, a CA emitiu o seu parecer de apreciação do EIA no qual propôs à Autoridade Ambiental a emissão de uma declaração de conformidade deste condicionada à entrega na Autoridade Ambiental dos quatro exemplares obrigatórios em suporte de papel destinados à Consulta Pública, possibilitando a redução de cartas e mapas a entregar até à dimensão de folha de papel A3 e concedeu para o efeito um prazo de 20 dias úteis, tendo ficado suspenso o presente procedimento de AIA entre os dias 6 e 17 de agosto inclusive.

Após a retoma do procedimento de AIA, este prosseguiu para o período de participação pública que decorreu por 30 dias úteis entre 24 de agosto e 4 de outubro de 2021 inclusive, no qual foram auscultadas as entidades identificadas no capítulo da Consulta Pública deste parecer.

Terminada a fase de participação pública, deu-se início à elaboração do presente parecer final do procedimento de AIA que integra os conhecimentos técnicos dos elementos que compõem a CA e o resultado da análise do PE, do EIA e dos pareceres recebidos das entidades auscultadas. Regista-se que da Participação Pública não houve participações por parte dos potenciais interessados.

Mais se informa que o presente parecer final, que deverá servir de base ao teor da DIA a emitir no âmbito do presente procedimento de AIA, resultou da análise individual e em separado feita pelos vários técnicos da CA, sendo integração dos respetivos contributos viabilizada pelos meios informáticos e de telecomunicações da Administração Regional que asseguraram a cooperação e a articulação entre todos os elementos envolvidos.

2. OBJETIVOS E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

O EIA assume que o objetivo da correção da E.R. 9-2^a é, através da construção de uma variante na zona do Portal do Vento, melhorar a acessibilidade entre as localidades da Candelária e das Sete Cidades, fazendo com que a circulação nesta via deixe de passar pelo miradouro da Vista

do Rei, um local com elevada afluência de viaturas e pessoas, ficando este integrado num troço cujo acesso será de sentido único e onde as alterações a introduzir correspondem à componente designada de ligação provisória do projeto em avaliação.

Esta variante permitirá, ainda, encurtar em cerca de 1900 m a extensão percorrida entre as localidades mencionadas.

A designação de ligação provisória para o troço que inclui o miradouro da Vista do Rei resulta da pretensão futura do proponente em requalificar e implementar uma solução de mobilidade suave para aquele, que levará a que o mesmo fique disponível para circulação apenas nessas condições.

3. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

3.1 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

O RT descreve com detalhe a solução em apreciação, desde a sua localização, características geométricas do traçado e considerações gerais nos vários domínios que integram o projeto, destacando-se que este projeto de correção da ER 9-2ª pretende melhorar a acessibilidade (com proveniência do lado Sul da ilha) à Freguesia das Sete Cidades, mediante a construção de uma variante na zona do Portal do Vento.

Com esta nova variante, a circulação na estrada regional atual deixa de fazer-se com passagem pelo miradouro da Vista do Rei, sendo que este troço da via passará a constituir um acesso local de sentido único. O novo eixo viário a construir terá uma extensão de cerca de 300 m, encontrando-se projetada uma interseção em entroncamento no seu extremo Sul e uma rotunda no seu extremo Norte, para estabelecer ligação à ER 8ª, acesso às Sete Cidades (ER 9-2º Norte), parque de estacionamento e acesso ao Miradouro. Esta variante permitirá encurtar em cerca de 1900 m a distância a percorrer no acesso às Sete Cidades.

Sendo uma intervenção curta, o domínio das terraplenagens assume relevância dado que se prevê a geração de 37.220 m³ de materiais escavados, sendo expectável que 35.360 m³ sejam transportados a vazadouro e que apenas 1.860 m³ possam ser utilizados como material de aterro na própria obra.

Para a realização dos aterros estima-se um volume 4.995 m³ de materiais provenientes de mancha de empréstimo, prevendo-se a necessidade de recorrer a materiais selecionados, pouco sensíveis à água, como o caso da bagacina, uma vez que as características dos solos provenientes das escavações desaconselham a sua utilização.

Esta gestão dos materiais de escavação afigura-se correta, dada a experiência que se dispõe de outras obras, face às características geológicas e geotécnicas dos materiais presentes no local.

3.2 – ALTERNATIVA AO PROJETO CONSIDERADAS NO EIA

O proponente não apresentou nenhuma alternativa ao projeto em avaliação para o presente procedimento de AIA, contudo, dada a exigência legal do Diploma AILA de que os EIA têm de conter soluções alternativas, no mínimo, a alternativa zero; o EIA apresenta uma tabela onde se listam as vantagens ou desvantagens para a fase de exploração nos fatores ambientais em relação aos quais as tendências atuais de evolução da situação de referência serão alteradas com a implementação da CPV.

Esta lista comparativa serve de balanço para apoio à decisão na opção entre a solução implementação do projeto ou adoção da alternativa zero:

Ecologia: O EIA considera que construção da CPV criará mais uma zona de fluxo rodoviário com perturbações das espécies faunísticas que habitam no local, sendo um fator cuja solução CPV é desfavorável face à evolução da tendência atual.

Qualidade do Ar: O EIA estima que a menor distância viária a percorrer e a menor sinuosidade da via entre as Sete Cidades e as outras localidades a sul resultará numa diminuição, ainda que de magnitude reduzida, da emissão dos gases de combustão associados ao tráfego rodoviário local. Um fator para o qual a solução CPV é favorável face à evolução da tendência atual.

Socioeconomia: O EIA prospetiva de que a correção da E.R. 9-2ª trará uma melhoria da acessibilidade rodoviária entre as Sete Cidades e localidades a sul, em consequência da redução da distância e diminuição dos inconvenientes dos congestionamentos de trânsito na Vista do Rei, a que se associa os consequentes ganhos na qualidade de fruição do miradouro e espaço envolvente deste por parte dos visitantes. Deste modo a solução CPV surge como favorável para a socioeconomia face à evolução da tendência atual.

Assim, tendo em conta os dois cenários comparando os fatores em que não se preveem evoluções distintas evidentes entre eles na fase de exploração a mais duradoura e sem um fim no horizonte temporal, deduz-se que o EIA faz um balanço tendencialmente favorável à opção de construção do projeto face à alternativa zero nesta comparação.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO, AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO POR FATOR AMBIENTAL

4.1 – METODOLOGIA DO PARECER

O Relatório Técnico (RT) do EIA é o principal documento de referência para a elaboração do presente parecer final da CA. Naquele, os seus autores, usando como base fatores ambientais considerados importantes para uma adequada avaliação dos efeitos da implementação da CPV optaram por repartir através de capítulos distintos do RT os aspetos respeitantes à caracterização da situação de referência da área de estudo, aos impactes perspectivados para as fases de construção e de exploração do projeto sobre esses descritores e as propostas de medidas de minimização dos efeitos negativos ou de potenciação dos positivos.

Contudo, no presente parecer, tendo em conta que os Serviços que integram a CA possuem competências específicas que não atravessam todos os descritores ambientais utilizados, os aspetos mencionados no parágrafo anterior, bem como as apreciações dos técnicos ficarão reunidos por fator ambiental dentro de um único ponto específico para cada um, com as adequadas adaptações face à estrutura original do EIA.

Quando neste parecer não se expressar discordância ou se propuser alteração a uma medida do EIA, entende-se que esta pode ser na generalidade aceite pela Autoridade Ambiental e integrada na proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA), se a mesma for condicionalmente favorável e merecerem aprovação na emissão da decisão final pelo membro do Governo dos Açores competente na área do Ambiente.

4.2 - CLIMA

A caracterização inicia-se com uma classificação genérica do clima para as várias ilhas dos Açores: temperado sem uma estação seca, com uma temperatura média do mês mais quente menor ou igual a 22°C e superior a 10°C para os quatro meses mais frios, sendo por isso do tipo C na classificação de Köppen.

Segue-se a exposição dos valores para parâmetros climatológicos determinados a partir da estação de Ponta Delgada/Nordela, a mais próxima da CPV, complementada pela apresentação de cartas de São Miguel com a variação estimada desses mesmos valores ao longo da ilha, com referência para a zona de implantação de PE e elaboradas no âmbito do projeto de investigação climática e modelação geográfica: CLIMAAT. Assim de acordo com estes dados na área de estudo a temperatura média anual oscila entre 10 e 11 °C, a precipitação

anual varia entre 1800 e 20600 mm e a humidade relativa do ar ao longo do ano entre 96 e 100%. Igualmente apresenta-se o regime anual de ventos com indicação de frequências de sentido e velocidade, sendo os mais frequente do rumo N, seguido de W e a velocidade média anual varia entre 15 km/h para NE e uma média máxima para SW de 18,6 km/h

Embora o EIA é omissivo, a CA tem conhecimento que os Açores estão expostos a ocorrências meteorológicas extremas, nomeadamente furacões, sobretudo entre setembro e novembro, e depressões intensas no inverno, geradoras de precipitações muito intensas.

Identificação e Avaliação de Impactes do Projeto

Não foram perspectivados impactes com significância suficiente sobre o clima para serem mencionados no EIA e a CA concorda que do projeto não deverão resultar efeitos no clima mensuráveis.

Medidas de Minimização de Impactes

Em virtude da não serem perspectivados impactes com significância sobre o clima, também o EIA não apresenta qualquer medida ou programa de monitorização para o presente fator ambiental e a CA não tem nenhum comentário ou proposta a adicionar.

4.3 - GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

Após a informação da origem vulcânica da ilha de São Miguel, o RT informa que a área de estudo se localiza no Complexo Vulcânico das Sete Cidades, um vulcão central com caldeira com numerosos cones monogenéticos. Este possui cerca de 200 mil anos com grande diversidade de materiais de natureza basáltica a traquítica e resultantes da extrusão da sua atividade que varia de efusiva a explosiva, tendo já ocorrido duas erupções depois do povoamento nas suas vertentes externas submarinas.

A área de estudo do projeto está coberta por depósitos pomíticos indiferenciados de queda com características geotécnicas de materiais brandos que permitem velocidade das ondas sísmicas de corte inferior a 200 m/s, ensaios de penetração dinâmica (SPT) com valores entre 5 e 50 bl/30cm, resistência ao corte até 10 kPa e ângulo de atrito interno entre 5 e 15°. Também ocorrem na zona ignimbritos e piroclastos basálticos.

O EIA identifica ainda os vários sistemas vulcânicos e unidades geomorfológicas da ilha e, com recurso a imagens, fotografias aéreas e texto, caracteriza o local do projeto como situado na cumeeira sul da caldeira das Sete Cidades, aproximadamente entre os 590 e os 620 metros

de altitude, numa zona de declives inferiores a 15° mas com alguns setores a atingirem declives na ordem dos 25-30° a 30-40°, sendo que a zona de implantação da rotunda é a mais aplanada.

Em termos tectónicos na área de estudo além da presença de uma falha concêntrica que delimita o bordo sul da caldeira, suspeita-se da presença de uma falha radial oculta de sentido N-S.

O EIA identifica ainda os riscos geológicos a que a área de estudo está exposta, nomeadamente: erupções vulcânicas efusivas e explosivas que podem ser do tipo pliniano e hidromagmático levando à queda de cinzas e piroclastos de trajetória balística; sismos que podem atingir intensidades de grau VII (EMS98); e com suscetibilidade elevada a moderada a movimentos de massa gerados por sismos e chuvas intensas.

A CA considera que a caracterização apresentada permite avaliar convenientemente não só os impactes sobre este fator ambiental como também os riscos a que o projeto está exposto provenientes das características geológica e geomorfológica da zona de implantação da CPV.

Identificação e Avaliação de Impactes do Projeto

Fase de Construção

- Erosão e dispersão de materiais geológicos;
- Desaterro de solos e rochas para vazadouro num volume de com cerca de 35.000 m³;
- Consumo de aproximadamente 5.000m³ de recursos minerais para aterro;
- Alteração da topografia local.

O EIA considera estes impactes negativos pouco significativos à exceção do desaterro e transporte de rochas para o vazadouro que é avaliado como significativo.

A CA considera que efetivamente as movimentações de terra geram os impactes mais expressivos e por si podem também levar a instabilidades gravíticas que provoquem movimentos de massa não desejados, além de que a alteração geomorfológica impactes tornar-se-á permanente.

Fase de Exploração

O EIA não perspetiva a existência de impactes na geologia e geomorfologia.

A CA tem a referir que, em resultado da existência de taludes de aterro e de escavação, as instabilidades gravíticas iniciadas na fase de construção se estendem para a de exploração com os riscos inerentes de ocorrência de movimentos de massa.

Medidas de Minimização de Impactes

O EIA propõe várias medidas de minimização que mesmo não sendo exclusivas para este fator ambiental assume pretender reduzir os efeitos dos impactes ambientais negativos sobre a geologia e geomorfologia, nomeadamente:

- As áreas e volumes de escavações e movimentação de terras devem ser limitadas ao estritamente necessário;
- Realização de um adequado acondicionamento, acumulação e proteção dos materiais geológicos e solos movimentados para os proteger da erosão eólica e hídrica;
- Assegurar o transporte em veículos adequados dos materiais pulverulentos ou particulados com a carga coberta e devidamente acondicionada.

A CA tem ainda a referir que devido aos depósitos pomíticos serem constituídos por materiais desagregados e facilmente mobilizáveis e tendo ainda em conta a exposição da zona a ondas sísmicas, ventos e chuvas fortes, propõe o seguinte:

- Cobertura dos taludes de escavação e de aterro por uma camada de solo que permita a sementeira com espécies vegetais que reforcem a estabilidade face aos riscos de movimentos de massa ou em alternativa outra solução técnica adequada para o mesmo efeito e a ser aceite pela autoridade ambiental.

Programa de Monitorização

O EIA não propõe qualquer programa de monitorização para o presente fator ambiental.

A CA, tendo em conta o reconhecimento do risco de movimentações de massa que pode estar associado aos taludes, propõe que seja implementado um plano de monitorização topográfica e geodésica para medição de deslocamentos nestes e nos estratos geológicos afetados pelo projeto que permita detetar instabilidades gravíticas e de erosão sobre estas superfícies e a ser aprovado pela Autoridade Ambiental.

Este plano deverá prever caracterização da situação no início da fase de exploração e uma duração mínima de três anos, assumir a necessidade de introdução de eventuais medidas corretivas em caso de deteção de deslocamentos indiciadores de instabilidades gravíticas ou de perigos de erosão.

A continuidade e periodicidade do programa será função dos dados que se venham a obter e o seu término dependente de requerimento do proponente com a evidenciação das condições

de estabilidade dos taludes justificados pelos técnicos que implementem o programa e após aceitação deste pedido pela Autoridade Ambiental.

4.4 - RECURSOS HÍDRICOS

No que respeita aos recursos hídricos superficiais, o RT faz o enquadramento da área no contexto dos recursos hídricos da ilha referindo e caracterizando sucintamente as duas bacias hidrográficas na zona do projeto: a bacia da Grota da Baldaia e a bacia da Lagoa Verde das Sete Cidades.

Da análise da tabela 3.6 verifica-se que os tempos de retorno para estudos deste tipo incidem sobre os tempos de retorno de 2, 5 10, 20 50 e 100 anos e não sobre 25 anos, ou seja, fazem-se os estudos para tempos de retorno de 2, 5 e 10 anos e os seus múltiplos (x10).

Ainda do mesmo gráfico verifica-se que os caudais estimados para os diferentes períodos de retorno, para a bacia hidrográfica da Grota da Baldaia estão dentro da norma e que os caudais calculados para a bacia hidrográfica da Lagoa Verde estão mais de 20 vezes acima do caudal esperado para aquela bacia. Isto deve-se ao facto do relatório considerar o contributo de toda a área que drena para a Lagoa Verde quando na realidade a área drenante afetada pelo projeto é de 0.25 km².

No que se refere à hidrologia e recursos hídricos subterrâneos, o RT faz um bom enquadramento da área no contexto dos recursos hídricos subterrâneos.

A CA considera que a obra em apreciação não tem impactes significativos na quantidade e na qualidade das águas subterrâneas e superficiais e que o projeto se encontra elaborado segundo as regras da arte de engenharia nas questões de drenagem e proteção na descarga das águas pluviais nas linhas de água.

4.5 - SOLOS

Na caracterização pedológica dos solos é referido que a génese vulcânica dos Açores e a fraca variação climática conduziram uma homogeneidade destes. Assim, predominam os andossolos, com muito boa permeabilidade, elevado nível de matéria orgânica, ricos em potássio e azoto, por norma, ácidos e pobres em cálcio e fósforo. A erosão é potenciada pela elevada pluviosidade e a idade recente das ilhas conferem-lhes uma reduzida ou mediana profundidade, tendendo a uma pedregosidade acentuada em áreas de grandes declives.

A área projeto é dominada por andossolos insaturados normais e provenientes de piroclastos traquíticos devidos à formação da Caldeira das Sete Cidades.

Relativamente à erosão do solo, a área de estudo enquadra-se predominantemente em zona de vulnerabilidade à erosão hídrica alta e muito alta, havendo numa pequena área no sector norte uma zona de vulnerabilidade média.

O EIA apresenta uma análise ao nível da Carta de Ocupação do Solo dos Açores 2018 (COS.A/2018), localizando-se a área de estudo em “prados/pastagem”, “floresta de folhosas” e “galerias ripícolas”.

Nesta capítulo deve ter-se em conta, apenas, a reformulação da frase “A classe territórios artificializados (6,02%), onde se inclui a subclasse ~~áreas de extração de massas minerais~~, apresenta também na ilha de São Miguel uma ocupação superior à média da RAA (Tabela 3.10).” para “A classe territórios artificializados (6,02%), onde se inclui a subclasse redes viárias e espaços associados, apresenta também na ilha de São Miguel uma ocupação superior à média da RAA (Tabela 3.10).”

Em matéria de características pedológicas e de ocupação do solo a CA nada tem a referir.

Identificação e Avaliação de Impactes do Projeto

Fase de Construção

O RT não só identifica os potenciais impactes pedológicos, mas também os relativos à Ocupação do Solo

- Erosão e dispersão do solo;
- Alteração das características naturais dos solos;
- Contaminação do solo; e
- Alteração da ocupação do solo

Todos estão avaliados como negativos e pouco significativos devido à pequena extensão, baixa capacidade de uso ou por ocorrerem apenas e situações acidentais. A CA também considera que alguns são pouco significativos, mas tanto ao nível das alterações das suas características como da ocupação os efeitos são permanentes e não reversíveis e têm um grau de repercussão ambiental expressivo, pelo que devem ser avaliados como significativos.

Fase de Exploração

O EIA não perspetiva impactes para esta fase, contudo, a CA alerta que dada a irreversibilidade dos identificados para a fase de construção, estes prolongam-se, consequentemente, para o período de exploração do projeto.

Medidas de Minimização de Impactes

As medidas propostas pelo EIA cujos autores consideram minimizar impactes sobre o fator ambiental solo, cuja a CA concorda, são as seguintes:

- As áreas e volumes de escavações e movimentação de terras deverão ser limitadas ao estritamente necessário;
- Realização de um adequado acondicionamento, acumulação e proteção dos materiais geológicos e solos movimentados, protegendo-os da erosão eólica e hídrica;
- Proceder à manutenção e revisão regular e periódica de todos os veículos e equipamento afetos à obra;
- O armazenamento de materiais, resíduos e substâncias perigosas no estaleiro deverá efetuar-se em zonas próprias, devidamente identificadas e impermeabilizadas e se necessário, face ao produto armazenado, dotado de bacia de retenção;
- A terra vegetal a remover deverá ser armazenada em pargas, com execução de sementeira de leguminosas para garantir o arejamento e manutenção das suas características físico.

A CA não tem outras medidas a propor para este fator ambiental.

Programa de Monitorização

O EIA não propõe nenhum programa de monitorização sobre este fator ambiental e a CA também considera desnecessário.

4.6 - ECOLOGIA

O Relatório Técnico (RT) no enquadramento apresenta o número de *taxa* conhecidos publicados para os Açores e para a ilha de São Miguel, segundo Borges *et al.* (2010). A seguir, com recurso a texto e tabelas, apresenta a metodologia para a identificação dos habitats, levantamento florístico e faunístico presentes na área de estudo, com localização e identificação dos transectos realizados para deteção de mamofauna e herpetofauna e dos pontos de escuta realizados para identificação da avifauna e para a análise das espécies de fauna e flora identificadas quanto à origem e aos respetivos estatutos de proteção e/ou conservação, quando aplicável.

Expõe o quadro legal que em algumas situações se verifica não estar atualizado, nomeadamente Convenções de Berna e de Bona, Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção. Esta lacuna não

compromete a avaliação adequada dos impactes do projeto. A CA informa que o Decreto Regulamentar Regional nº 17/2020/A, de 5 de agosto, aprova o Plano de Gestão das Áreas Terrestres do Parque Natural da Ilha de São Miguel, criado pelo D.L.R. n.º 19/2008/A, de 8 de julho.

Com recurso a texto e fotos o RT identifica e caracteriza os três tipos de habitats mais significativos que ocorrem na área de estudo, designadamente Floresta (mista e de produção), Pastagens seminaturais e Matos baixos, *habitats* com uma predominância de espécies de exóticas e/ou invasoras. Identifica ainda um total de 56 *taxa*, dos quais nove são endémicos dos Açores, 10 são nativos, 13 são invasores e os restantes são introduzidos.

Em relação à espécie endémica *Prunus azorica*, o RT não a identifica como constante nos Anexos da Diretiva Habitats e Convenção de Berna. Esta falha não compromete a avaliação adequada dos impactes do projeto.

O RT identifica na área de estudo nove *taxa* do grupo avifauna, comuns e abundantes no arquipélago dos Açores e um *taxon* do grupo herpetofauna. Todavia, apresenta, para além da listagem das espécies faunísticas identificadas aquando do trabalho de campo, aquelas cuja ocorrência na área de estudo é provável.

Em relação à mamofauna o RT identifica como de ocorrência provável a espécie *Myotis myotis* (Morcego-rato-grande). No entanto, esta situação é improvável, porquanto à sua ocorrência nos Açores apenas há referência a crânios encontrados na ilha Graciosa, continuando por se confirmar sua presença atual, com espécimes vivos, na Região Autónoma dos Açores.

Na Tabela 3.15 | Listagem de espécies faunísticas identificadas e prováveis de ocorrer na área de estudo, a coluna dos Instrumentos legais carece de revisão para complementar e ainda para corrigir algumas imprecisões como, por exemplo, para as aves indicar Diretiva Habitats.

A CA considera que, apesar dos aspetos apontados, a caracterização apresentada permite avaliar adequadamente os impactes resultantes da implementação do projeto.

Identificação e Avaliação de Impactes do Projeto

O RT identifica os impactes expectáveis sobre a Ecologia, nas fases de construção e de exploração e, em tabela, apresenta propostas de medidas de minimização, pelo que a CA considera que o RT apresenta a informação necessária.

Fase de Construção

São identificados os impactes *Alteração e perda de habitats* - considerando o reduzido interesse ecológico dos *habitats* identificados na área de estudo, classificado como negativo e pouco significativo -, *Perda de coberto vegetal* - face à ausência de áreas e *habitats* naturais e/ou de relevante valor ecológico, considerado como negativo e pouco significativo -, *Dispersão de infestantes* - classificado como negativo e significativo -, *Perturbação e afugentamento das comunidades faunísticas* - considerando os valores faunísticos identificados na área de estudo, tendo em conta o carácter temporário e reversível da perturbação e a disponibilidade de habitats semelhantes em áreas adjacentes, classificado como negativo e pouco significativo -, *Contaminação de habitats* - considerando que a eventual contaminação decorrerá de situações acidentais, com baixa probabilidade de ocorrência, classificado como negativo e pouco significativo -, *Efeito barreira e fragmentação dos habitats* - classificado como negativo e pouco significativo - e *Aumento da mortalidade de espécies faunísticas por atropelamento, colisão ou esmagamento* -, face às espécies identificadas na área de estudo, classificado como negativo e pouco significativo,

Fase de Exploração

São identificados os impactes *Perturbação e afugentamento das comunidades faunísticas* - face às espécies identificadas na área de estudo e à disponibilidade de *habitats* semelhantes em áreas contíguas, classificado como negativo e pouco significativo – e *Degradação e/ou contaminação dos habitats* – face ao reduzido valor ecológico dos habitats potencialmente afetados, classificado como negativo e pouco significativo.

Como Alternativa ao Projeto o EIA identifica apenas a alternativa “ausência de intervenção”.

O EIA identifica como efeito do projeto, na fase de exploração, face à manutenção da situação atual a perturbação e/ou afugentamento das espécies faunísticas que habitam no local.

Medidas de Minimização de Impactes

Fase de Construção

São identificadas as medidas *As áreas e volumes de escavações e movimentação de terras deverão ser limitadas ao estritamente necessário, Realização de um adequado acondicionamento, acumulação e proteção dos materiais geológicos e solos movimentados, protegendo os da erosão eólica e hídrica, Assegurar o transporte de materiais de natureza pulverulenta ou do tipo particulado em veículos adequados, com a carga coberta e devidamente acondicionada, Proceder à manutenção e revisão regular e periódica de todos os veículos e equipamento afetos à obra, O armazenamento de materiais, resíduos e*

*substâncias perigosas no estaleiro deverá efetuar-se em zonas próprias, devidamente identificadas e impermeabilizadas e se necessário, face ao produto armazenado, dotado de bacia de retenção, As espécies vegetais a introduzir no terreno deverão respeitar o disposto no DL n.º 565/99, de 21 de dezembro, optando-se por espécies de cariz autóctone possuidoras de maior valor ecológico e adaptabilidade ao local, Efetuar a programação dos trabalhos de escavações/mobilização de terras com o objetivo de menor afetação simultânea do território, Evitar a dispersão de infestantes, nomeadamente de *Gunnera tinctoria* e *Pittosporum undulatum*, mediante um controlo inicial através da remoção manual, com posterior enterro dos indivíduos dispersos, ou aplicação mista de controlo químico e remoção manual para as maiores manchas. O material removido, sobretudo frutos e rizomas deve ser enterrado, por exemplo em pastagens, a uma profundidade de 1,5 a 2 metros. Se necessário, realizar ações de reforço, Aspersão hídrica periódica dos acessos não pavimentados da obra e outras áreas onde possa ocorrer produção, acumulação e ressuspensão de poeiras, Lavagem dos rodados dos veículos, à saída da obra, evitando a dispersão de terras, lamas e sementes ou porções de rizoma de vegetação infestante, Calendarização das ações de construção por forma a decorrerem fora das épocas de maior vulnerabilidade das espécies faunísticas potencialmente utilizadoras da área de estudo. As ações devem ser preferencialmente desenvolvidas fora da época de reprodução que ocorre de modo geral na primavera/verão (abril a agosto). Esta medida de minimização, contudo, terá de ser ponderada e avaliada de forma concertada com outros critérios, tais como operacionalidade e segurança da obra. Os trabalhos a desenvolver devem ser realizados de modo contínuo, impossibilitando a recolonização dos espaços intervencionados por fauna, evitando nova perturbação e deslocação forçada dos espécimes, Calendarizar a realização de sementeiras e plantações, de forma a permitir um maior grau de desenvolvimento vegetativo,*

O CA informa que:

- As espécies vegetais a introduzir no terreno devem respeitar o disposto no D.L.R. n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade na Região Autónoma dos Açores;
- Espécimes das espécies naturais/ endémicas protegidas a utilizar devem ser artificialmente propagados, designadamente provenientes de viveiros florestais da ilha de São Miguel e o mais próximo possível da área do projeto propriedade, forma a se tentar evitar trocas genéticas entre espécies oriundas de diferentes ecótipos, com consequentes perdas de património genético,

- O corte/ destruição e/ ou transplantação de espécimes de espécies protegidas, a verificar-se, carece de licença/ autorização ao abrigo do D.L.R. n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade na Região Autónoma dos Açores, a emitir pela Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.
- Os rizomas, fragmentos ou outro material passível de propagação vegetativa de flora invasora devem ser removidos do local e/ou acondicionados de forma a não se regenerarem,
- No controlo/ erradicação de espécies infestantes/ invasoras dever-se-á dar primazia a metodologias que privilegiem o controlo físico em detrimento do controlo químico com aplicação de fitofármacos/ herbicidas, sendo que a verificar-se a sua aplicação deve ser cumprido o disposto no Decreto-Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos, assim como o disposto no Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril, que regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro, que interdita o uso no espaço público de herbicidas cuja substância ativa seja o glifosato,
- O Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de dezembro, foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 1143/2014, estabelecendo o regime jurídico aplicável ao controlo, à detenção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna,
- Deve o proponente submeter à aprovação da Autoridade Ambiental a lista das espécies de flora a utilizar na referida *realização de sementeiras e plantações, de forma a permitir um maior grau de desenvolvimento vegetativo*, esclarecendo, mormente, qual a proveniência do material vegetal a utilizar e respetivas quantidades.

Programa de Monitorização

O EIA refere, designadamente, que a implementação do Plano de Monitorização Ambiental deve contemplar *Controlo do cumprimento das medidas de minimização propostas para os vários fatores ambientais; Comparação entre os impactes previstos e os efetivamente gerados pelo projeto, de modo a verificar a sua consonância com o esperado; Verificação da ocorrência de impactes não previstos no estudo, e proposta de medidas de minimização adequadas para esses impactes, bem como, atendendo aos impactes identificados e respetiva*

significância atribuída aos mesmos, não é proposta a implementação de plano de monitorização para nenhum fator ambiental em específico.

4.7 - PAISAGEM

No capítulo 6.3 Paisagem, o RT descreve um conjunto de conceitos para caracterizar este fator ambiental, com uma abrangência superior à dos restantes descritores. Considera-se que a caracterização é suficiente para os objetivos da avaliação em curso, uma vez que o EIA faz uma caracterização ao nível das unidades de paisagens, concluindo que a correção da Estrada Regional se localiza nas Unidades de Paisagem SM5 - Sete Cidades e SM6 - Encosta da Candelária.

Além disso, é realizada uma análise ao nível da qualidade e acessibilidade visual, referindo que a área do projeto não possui muitas áreas vulneráveis à presença de novos focos de intrusão visual, uma vez que o relevo, muitas vezes encaixado, dificulta a ocorrência de planos de grande abertura visual para o observador.

Realizada a ponderação entre a qualidade visual com a capacidade de absorção, o RT conclui que a área de influência visual do projeto apresenta uma sensibilidade visual reduzida, e como tal, uma elevada Capacidade de Absorção.

Considera-se que a caracterização deste descritor foi efetuada com a profundidade adequada para permitir avaliar adequadamente os impactes resultantes da implementação do projeto na Paisagem.

Identificação e Avaliação de Impactes do Projeto

O RT apresenta uma análise da visibilidade do projeto assente na disrupção visual da linha de horizonte do observador, pelo que a CA considera que o RT apresenta a informação necessária de modo a avaliar-se adequadamente os impactes na Paisagem.

Fase de Construção

- Afetação local da matriz paisagística de referência;
- Imposição visual do projeto;
- Alteração da morfologia do terreno;
- Alteração dos tons da paisagem (movimentação de terras).

Os impactes apresentados têm carácter negativo, variando de muito significativo a pouco significativo, sendo uma avaliação com a qual se concorda.

Fase de Exploração

O único impacto considerado nesta fase é a disrupção visual associada à exploração do projeto, avaliado como negativo e pouco significativo, com o qual se concorda.

Medidas de Minimização de Impactes

As medidas de minimização elencadas no EIA são:

- As áreas e volumes de escavações e movimentação de terras deverão ser limitadas ao estritamente necessário;
- O material excedente resultante das escavações deverá ser preferencialmente utilizado no âmbito da própria intervenção. Caso tal não se verifique, deverá ser colocado em local apropriado;
- Realização de um adequado acondicionamento, acumulação e proteção dos materiais geológicos e solos movimentados, protegendo-os da erosão eólica e hídrica;
- Assegurar o transporte de materiais de natureza pulverulenta ou do tipo particulado em veículos adequados, com a carga coberta e devidamente acondicionada;
- A terra vegetal a remover deverá ser armazenada em pargas, com execução de sementeira de leguminosas para garantir o arejamento e manutenção das suas características físico-químicas;
- As espécies vegetais a introduzir no terreno deverão respeitar o disposto no Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de dezembro, optando-se por espécies de cariz autóctone possuidoras de maior valor ecológico e adaptabilidade ao local;
- Efetuar a programação dos trabalhos de escavações/mobilização de terras com o objetivo de menor afetação simultânea do território;
- Aspersão hídrica periódica dos acessos não pavimentados da obra e outras áreas onde possa ocorrer produção, acumulação e ressuspensão de poeiras;
- Lavagem dos rodados dos veículos, à saída da obra, evitando a dispersão de terras, lamas e sementes ou porções de rizoma de vegetação infestante;
- Calendarizar a realização de sementeiras e plantações, de forma a permitir um maior grau de desenvolvimento vegetativo.

Relativamente às medidas apresentadas, ressalva-se apenas que as espécies vegetais a introduzir no terreno deverão respeitar o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º

15/2012/A, de 2 de abril, que aprova o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Proteção da Biodiversidade da Região Autónoma dos Açores.

Programa de Monitorização

Neste projeto, o EIA não apresenta um programa de monitorização específico, pelo que “*no caso de ocorrência de impactes com maior significância do que a prevista no âmbito do EIA, de ocorrência de impactes não identificados no EIA ou, ainda, no caso de a autoridade ambiental considerar pertinente a monitorização de algum parâmetro ambiental, serão elaborados e aplicados programas de monitorização em qualquer fase do projeto*”, sendo que se concorda com esta metodologia para este descritor.

4.8 - AMBIENTE SONORO

O EIA apresenta o quadro legal de referência para caracterizar este fator ambiental e os parâmetros nele definidos para esse efeito.

Depois expõe uma aferição do ambiente acústico da área de estudo obtida com a realização de medições de ruído no único ponto sensível identificado, o miradouro da Vista do Rei a cerca 850 m da CPV, descreve a metodologia usada que incluiu contagem de tráfego diurno e noturno e disponibiliza os resultados que evidenciam níveis sonoros inferiores aos permitidos mesmo que a zona fosse classificada como sensível em termos acústicos. Conclui assim que a área é calma em termos acústicos e a principal fonte de ruído é o tráfego rodoviário.

A CA considera adequada a caracterização efetuada e não tem outros aspetos a adicionar.

Identificação e Avaliação de Impactes do Projeto

O EIA estima vários impactes sobre o ambiente sonoro ao longo das duas fases consideradas:

Fase de Construção

- Aumento dos níveis sonoros gerados pelos trabalhos na obra e uso de maquinaria, avaliado como negativo e pouco significativo.

A CA está de acordo com a classificação do impacte, dado que o recetor sensível mais próximo está a cerca 850 metros de distância e os seus utentes apenas estão temporariamente no local, embora este possa ter um número elevado de visitas, estas não residem ou trabalham no miradouro e por isso não permanecem ali por longos períodos de tempo.

Fase de Exploração

- Alteração dos níveis sonoros no contexto do recetor sensível.

Para determinar a significância deste impacto no miradouro durante a exploração do CPV, o EIA considera que irá ocorrer uma redução da circulação viária junto ao miradouro, depois estima o volume de tráfego médio horário na área de estudo considerando veículos ligeiros e ‘pesados e os períodos diurno e noturno.

Depois introduz os dados perspectivados num programa informático de cálculo que integra a modelação do terreno envolvente à CPV, este permitiu produzir mapas de níveis sonoros com isofónicas e determinar os Lden e Ln previsíveis, estimando que estes serão respetivamente inferiores a 60 dB(A) e 45 dB(A) na envolvente próxima do projeto e deduz que junto ao único recetor sensível da área de estudo ocorrerá uma melhoria dos níveis sonoros face à situação de referência, pelo que o EIA classifica este impacto como positivo e pouco significativo. Contudo não deixa de assumir que existe um grau de incerteza nas estimativas referentes ao tráfego.

A CA considera que tanto a modelação como as estimativas, apesar das incertezas associadas, geraram um método aceitável e adequado para avaliar este impacto tendo em consideração a incerteza dos dados e calculados nas estimativas.

Medidas de Minimização de Impactes

O EIA propõe as seguintes medidas de minimização dos impactes negativos sobre este fator ambiental:

- Manutenção e revisão regular e periódica de todos os veículos e equipamento afetos à obra;
- Garantir a presença em obra unicamente de equipamentos que apresentem homologação acústica nos termos da legislação aplicável e que se encontrem em bom estado de conservação/manutenção;
- Nos veículos pesados afetos à obra, o ruído global de funcionamento não deve exceder em mais de 5 dB(A) os valores fixados no livrete, de acordo com o n.º 1 do artigo 22.º do RGR.

As duas primeiras medidas podem sintetizar-se com variantes de uma única medida e que devem ser transpostas para a DIA de forma integrada. A última é um condicionalismo legal existente e independente do procedimento de AIA, pelo que não pode ser considerada como uma medida de minimização.

Programa de Monitorização

O EIA não propõe qualquer programa de monitorização sonora e tendo em conta a distância da CPV a CA também considera desnecessário o acompanhamento deste fator ambiental.

4.9 - QUALIDADE DO AR

O EIA descreve a metodologia adotada para caracterizar este fator ambiental que passou pela consulta dos dados do Relatório da Qualidade do Ar nos Açores para os seguintes poluentes: SO₂, NO_x, PM_{2,5}, PM₁₀ e O₃, que integra os provenientes das estações da Qualidade do Ar no Faial que serve de referência deste fator para os Açores e de Ponta Delgada como representativa para urbana de fundo, sendo esta a mais próxima do CPV que corresponderia ao pior cenário de caracterização deste fator dado o seu enquadramento geográfico em meio urbano e baixa altitude.

O EIA refere que a informação sobre a qualidade do ar está, por norma, está associada à ideia do grau de poluição atmosférica e disserta sobre diversos aspetos que podem influenciar na introdução de poluentes, como na geração destes no próprio ar e à própria capacidade da atmosfera em regenerar-se.

O EIA faz uma caracterização intrínseca dos seguintes poluentes: NO₂, PM₁₀, PM_{2,5}, SO₂, e O₃, especificando as suas fontes mais comuns e os seus efeitos. Apresenta ainda a rede de monitorização da qualidade do ar nos Açores, o quadro legislativo de referência deste fator ambiental e os critérios nele definidos para determinar o índice da qualidade do ar em função do poluente considerado.

Seguidamente expõe os dados obtidos nas estações desta rede para os poluentes referenciados e recolhidos ao longo do ano de 2019, onde se verifica que não se detetaram excedências e resultou a determinação de um índice da qualidade do ar para os Açores com a classificação de “Bom”, sendo o ozono o poluente determinante por ser o de pior índice.

Prossegue com a caracterização da qualidade do ar obtida a partir da estação da Ponta Delgada, onde se detetou 1 excedência para o poluente PM₁₀, situação que o EIA esclarece estar associada a poeiras do Saara, além de que, segundo os critérios legais é permitido um total de 35 excedências ao longo do ano. Assim, em termos de índice de qualidade do ar para ambiente urbano a classificação resultante da recolha de dados nesta cidade foi de “Muito Bom” sem ter havido um poluente limitante do índice alcançado.

O EIA termina a caracterização deste fator ambiental com a identificação da principal fonte poluente na área de estudo: o tráfego automóvel, com veículos de vários tipos, enquanto o miradouro da Vista do Rei corresponde ao único recetor sensível para a mesma área dada a sua ocupação humana, contudo alerta para a presença na mesma do Parque Natural de Ilha e do Sítio Ramsar 1802 devido à respetiva sensibilidade ecológica.

Tendo em conta a sensibilidade acima referida o EIA considera toda a envolvente como um recetor sensível devido essencialmente aos valores florísticos ali existentes.

A CA considerou suficiente a caracterização apresentada no RT para os fins pretendidos no presente procedimento de AIA e dadas as características do Projeto.

Identificação e Avaliação de Impactes do Projeto

Na identificação e avaliação de impactes, o EIA teve em consideração o reconhecimento do recetor sensível miradouro da Vista do Rei, devido à presença humana, e a sensibilidade ecológica da envolvente à CPV devido aos potenciais efeitos nocivos dos poluentes sobre plantas e ecossistemas.

Fase de Construção

O EIA considera a obra com trabalhos a decorrer apenas no período diurno e como uma fonte emissora em área, por a CPV ser uma estrutura linear. Assim identifica os seguintes impactes:

- Emissão de partículas em suspensão (poeiras);

Este impacte é avaliado como negativo e pouco significativo, limitando-se à envolvente próxima da CPV, sem afetar o miradouro da Vista do Rei e a produtividade vegetal primária.

- Aumento da emissão de gases de combustão.

Estima que estas emissões sobretudo de CO e Nox originarão um impacte negativo pouco significativo.

Fase de Exploração

- Diminuição da emissão de gases de combustão;

Este impacte é classificado como positivo e pouco significativo com a justificação de que a CPV não gera mais tráfego, mas permite reduzir as distâncias entre os locais que as vias existentes e a intervencionar ligam.

A CA não tem comentários a fazer à avaliação apresentada.

Medidas de Minimização de Impactes

O EIA propõe as seguintes medidas com efeitos de minimização nos impactes negativos da qualidade do ar:

- Acondicionamento adequado e proteção dos materiais geológicos e solos movimentados, protegendo-os da erosão eólica e hídrica;

- Assegurar o transporte dos materiais de natureza pulverulenta ou particulado em veículos adequados, com a carga coberta e devidamente acondicionada;
- Manutenção e revisão regular e periódica de todos os veículos e equipamento afetos à obra;
- Aspersão hídrica periódica dos acessos não pavimentados da obra e outras áreas onde possa ocorrer produção, acumulação ou suspensão de poeiras;
- Lavagem dos rodados dos veículos, à saída da obra, evitando a dispersão de terras, lamas e sementes ou porções de rizoma de vegetação infestante;
- Não realizar trabalhos de desmatamento e movimentação de terras em dias de vento forte (velocidade superior a 36 km/h).

A CA considera que a última medida só se justificaria ser implementada se houvesse ocupação humana permanente na envolvente próxima do projeto.

Programa de Monitorização

O EIA não propõe qualquer programa de monitorização no que a CA está de acordo.

4.10 - GESTÃO DE RESÍDUOS

O EIA procedeu à inventariação dos operadores licenciados em gestão de resíduos na ilha de São Miguel com enfoque para os que podem operar nas tipologias produzidas pelo projeto, sobretudo durante a fase de construção e lista os identificados numa tabela. Expõe também o quadro legal que serve de referência a este fator ambiental nos Açores, mencionando os aspetos importantes contidos nos vários diplomas legislativos e a considerar no âmbito deste procedimento de AIA.

Depois na sequência de uma consulta ao Sistema Regional de Informação sobre Resíduos, o EIA apresenta uma síntese da análise setorial em matéria de produção de resíduos, mostrando a evolução desde 2016 a 2019, inclusive, da quantidade de resíduos de construção e demolição produzida ao nível dos Açores e do Grupo Oriental, onde se inclui São Miguel, bem como ao nível de óleos usados e resíduos de combustíveis líquidos no conjunto do Arquipélago.

A CA informa que auscultou a Divisão de Gestão de Resíduos como entidade regional competente para este fator ambiental em termos de planos de gestão apresentado e conteúdo do EIA, a qual faz parte da Autoridade Ambiental, tendo aqueles Serviços referido o seguinte:

“Após análise da documentação, e em matéria de resíduos, informa-se que a informação constante do EIA está em conformidade com a legislação aplicável, fazendo referência à legislação e obrigações legais em vigor na RAA.

Contudo, o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (PPGRCD) apresentado remete para diplomas nacionais que não são aplicáveis na Região Autónoma dos Açores e que à data se encontram revogados. Este aspeto, em termos práticos não condiciona o projeto, dado que a informação constante no plano dá resposta ao conteúdo mínimo a constar no PPGRCD.

Considera-se no entanto relevante informar dos normativos legais de relevo para o projeto em apreço, aplicáveis na RAA:

- Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, que aprova o regime geral de prevenção e gestão de resíduos, incluindo os resíduos de construção e demolição;*
- Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho, que aprova as normas que regulamentam a gestão de fluxos específicos de resíduos;*
- Portaria n.º 1879/2017, de 19 de dezembro, que define as regras aplicáveis ao transporte de resíduos na Região Autónoma dos Açores e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR) a emitir na plataforma do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR);*
- Decisão n.º 2014/955/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro, que apresenta a Lista Europeia de Resíduos (Código LER);*

Ainda sobre o PPGRCD, verifica-se que é prevista a eliminação de quantidades significativas de resíduos. Em respeito pelo princípio da hierarquia de gestão de resíduos, a eliminação deverá ser a última opção a considerar pelo que deverão ser equacionados outros destinos para os resíduos produzidos, referindo que no caso de solos e rochas não contendo substâncias perigosas, estes podem ser utilizados noutra obra sujeita a licenciamento ou comunicação prévia, na recuperação ambiental e paisagística de explorações mineiras e pedreiras ou cascalheiras, na cobertura de aterros destinados a resíduos ou em local apropriado que para tal esteja licenciado pela câmara municipal competente, conforme artigo 49.º do DLR 29/2011/A, de 16 de novembro.”

A CA tem apenas a referir que no que se refere à reutilização dos materiais sobrantes das escavações e tal como referido no fator ambiental “Geologia e Geomorfologia”, estes, para

além de solos, são sobretudo constituídos por pedra-pomes. Contudo, este vidro vulcânico, pelas suas características reológicas e geotécnicas, não reúne condições para reutilização em obras de construção civil como inerte, pelo que, não existindo no Açores outras unidades industriais que utilizem estas litologias como matéria-prima, apenas é viável a solução de colocação das mesmas em vazadouro devidamente autorizado para o efeito.

Identificação e Avaliação de Impactes do Projeto

O EIA estima a ocorrência dos seguintes impactes em matéria de gestão de resíduos na sequência da implementação da CPV:

Fase de Construção

- Produção de resíduos de construção e demolição e outros não perigosos, sobretudo solos e rochas e RCD. Este impacte está avaliado como negativo pouco significativo.
- Produção de resíduos perigosos. Devido à fresagem, uso de misturas betuminosas, embora pouca quantidade o EIA avalia-o como negativo significativo.

A CA apenas tem a referir que no caso de boa gestão dos resíduos sem aplicação de nenhuma medida excecional além do cumprimento do estipulado no quadro legal, este impacte torna-se pouco significativo.

Fase de Exploração

O EIA não estima nenhum impacte novo resultante da exploração da CPV.

A CA efetivamente reconhece que os trabalhos de manutenção e acidentes podem gerar resíduos perigosos, contudo esta situação também pode acontecer sem a implementação do projeto pelo que aceita a dedução do EIA.

Medidas de Minimização de Impactes

O EIA propõe as seguintes medidas com impactes sobre este fator ambiental:

- O armazenamento provisório de materiais, resíduos e substâncias perigosas no estaleiro deve efetuar-se em locais próprios, devidamente identificados e impermeabilizados e em função da sua tipologia o local deve ser dotado de bacia de retenção;
- Todos resíduos produzidos em obra e a não ser reutilizados na mesma, devem ser triados e encaminhados para operadores devidamente licenciados e habilitados para a sua receção e /ou gestão.

A CA considera que estas medidas são imposições legais e não específicas e função das características deste projeto em concreto.

Programa de Monitorização

O EIA não propõe qualquer programa de monitorização em matéria de gestão de resíduos e a CA considera desnecessário.

4.11 - CONDICIONANTES E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Para o fator ambiental Condicionantes e Ordenamento do Território é feito um enquadramento no âmbito das Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (SARUP) e dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor na área de estudo.

Importa salientar que o projeto foi sujeito a parecer por parte da Câmara Municipal de Ponta Delgada (CM Ponta Delgada), no âmbito da aplicação do seu Plano Diretor Municipal, e da entidade com competências em matéria da servidão aeronáutica do Aeroporto João Paulo II. Ambos emitiram parecer favorável, sendo que a CM Ponta Delgada salvaguarda que devem ser asseguradas medidas que garantam que a obra não induz ou agrava a erosão do solo na área de intervenção.

Relativamente à sobreposição com Reserva Ecológica (RE), importa salvaguardar que a Declaração de Impacte Ambiental favorável ou condicionalmente favorável equivale ao reconhecimento do interesse público da ação, no âmbito do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN – publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto), pelo que nada há a acrescentar relativamente à RE.

Para além do referido, a CA considera que o EIA deve ser absorver as seguintes considerações:

- Pág. 101 | Informa-se que a tipologia de RE Escarpas e áreas com risco de erosão corresponde atualmente a Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo e a Áreas de instabilidade de vertentes, conforme definido no RJREN;
- Pág. 105 | Na tabela 3.46, e dado que é efetuada a análise aos movimentos de vertente num capítulo anterior, julga-se pertinente que o Programa Regional para as Alterações Climáticas seja considerado como IGT com aplicação específica ao presente projeto;
- Pág. 107 | A frase “*De acordo com a planta síntese do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades aplicam-se à área do projeto Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública, já analisadas no capítulo*

3.10.2.” deve ser lida como “*De acordo com as plantas de condicionantes do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades aplicam-se à área do projeto Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública, já analisadas no capítulo 3.10.2.*”.

Identificação e Avaliação de Impactes do Projeto

O RT avalia os impactes do projeto tanto na fase de construção como de exploração, sendo que se considera que os mesmos são adequados.

Fase de Construção

O EIA considera como impacte a alteração do uso do solo, com carácter negativo e significativo, sendo que se concorda com esta avaliação.

Fase de Exploração

Nesta fase, não são apresentados impactes, pelo que se concorda, uma vez que as ações neste descritor são todas afetas à fase de construção.

Medidas de Minimização de Impactes

A CA concorda que sejam apresentadas medidas de minimização do impacte associado a este descritor.

Programa de Monitorização

Neste projeto, o EIA não apresenta um programa de monitorização específico, pelo que “*no caso de ocorrência de impactes com maior significância do que a prevista no âmbito do EIA, de ocorrência de impactes não identificados no EIA ou, ainda, no caso de a autoridade ambiental considerar pertinente a monitorização de algum parâmetro ambiental, serão elaborados e aplicados programas de monitorização em qualquer fase do projeto*”, sendo que se concorda com esta metodologia para este descritor.

4.12 - SOCIOECONOMIA

O RT começa por focar que embora o projeto esteja implantado entre as freguesias da Candelária e das Sete Cidades num local de grande afluxo turístico, a caracterização não se pode limitar a estas, sendo bem mais extensa. Em seguida são apresentados dados estatísticos de nível regional, ilhas e descendo aos municípios de São Miguel e às freguesias citadas de âmbito demográfico, para depois se concentrar a caracterizar o tecido empresarial no concelho de Ponta Delgada em comparação com São Miguel e o afluxo de turismo, bem como

identificação de estruturas de interesse social, turístico, industrial e comercial na envolvente da CPV.

A CA considera que os aspetos mais importantes para caracterizar este fator face às necessidades deste procedimento de AIA parecem suficientes.

Identificação e Avaliação de Impactes do Projeto

Fase de Construção

O RT prevê impactes tanto ao nível de constrangimentos associados à via existente, tanto à eventual criação de postos de trabalho durante a construção.

A CA entende como correta a avaliação efetuada, mas sugere-se que a execução dos trabalhos decorra nos períodos de menor precipitação de modo a minimizar a erosão do solo.

Fase de Exploração

Para fase de exploração, os impactes são todos positivos e relacionam-se com as condições criadas com a melhoria de acessibilidade entre as localidades envolvidas e na fruição do miradouro da Vista do Rei.

Medidas de Minimização de Impactes

“Divulgação pública de avisos, preferencialmente de forma antecipada, alertando e informando dos períodos da obra em que se verifiquem maiores constrangimentos à circulação rodoviária nas estradas afetadas pelo projeto.”

A CA entende que a medida de minimização apresentada é coerente com a avaliação de impactes efetuada para este descritor, pelo que a considera correta.

Programa de Monitorização

O EIA não apresenta proposta de implementação de plano de monitorização para nenhum fator ambiental em específico, tendo em conta os impactes identificados e respetiva significância atribuída aos mesmos.

A CA entende como correta a opção tomada para este descritor.

4.13 - PATRIMÓNIO

Neste fator ambiental o RT começa por descrever a metodologia de levantamento de matéria relevante em termos de Património construído, depois refere que o imóvel mais próximo com estatuto de classificado é um moinho e dista de 3km.

Tendo em atenção as características da zona de estudo, a CA considera suficiente a caracterização apresentada.

Identificação e Avaliação de Impactes do Projeto

Fase de Construção

O RT não identifica impactes sobre o Património.

Fase de Exploração

O RT não identifica impactes sobre o Património.

Medidas de Minimização de Impactes

O RT não identifica impactes sobre o Património, logo não apresenta medidas de minimização dos mesmos.

Programa de Monitorização

O EIA não apresenta proposta de implementação de plano de monitorização para nenhum fator ambiental em específico, tendo em conta os impactes identificados e respetiva significância atribuída aos mesmos.

A CA entende como correta a opção tomada para este descritor.

5. CONSULTA PÚBLICA

5.1 – RESUMO DA CONSULTA PÚBLICA

Nos termos do Artigo. 106.º do Diploma AILA procedeu a Autoridade Ambiental à publicitação da Consulta Pública através de editais na sua sede e nas Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais, bem como da publicação de um anúncio publicado no jornal “Açoriano Oriental” contendo os elementos obrigatórios.

Tendo em conta as exigências da Diretiva 2011/92/EU de Parlamento Europeu e do Conselho, na versão resultante da sua alteração pela Diretiva 2014/52/EU, a Consulta Pública, apesar do referido na alínea b) do n.º 2 do artigo 106º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, a Consulta Pública, decorreu ao longo de 30 dias úteis, entre 24 de agosto e 4 de outubro de 2021 inclusive.

A documentação obrigatória em papel esteve disponível nas três Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais dos Açores e nas instalações da DRAAC. O suporte digital de todos os

volumes foi também disponibilizado na página da internet do Governo dos Açores no seguinte endereço:

<https://portal.azores.gov.pt/web/gov/consultas>

Através da página:

https://portal.azores.gov.pt/web/sraac/-/eia_portal_do_vento

Em todos os locais constava a informação de que os interessados, devidamente identificados, podiam manifestar-se por escrito, no prazo da Consulta Pública, dirigindo as suas exposições à Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, sita na Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã - 9900-014 HORTA ou para o correio eletrónico: qualidade.ambiente@azores.gov.pt.

Terminado o período da Consulta Pública foram então aguardados 5 dias úteis para a esperar por uma eventual receção de exposições dos interessados no âmbito desta Consulta Pública e emitidas por correio no fim do prazo limite. Decorridos os 5 dias, não se verificou qualquer entrada na Direção Regional do Ambiente.

5.2 – CONSULTA A OUTRAS ENTIDADES

A CA solicitou pareceres a duas entidades que identificou terem competências sobre a área de implantação da CPV, a Agência Nacional de Aviação Civil tendo em conta a servidão aeronáutica do aeroporto João Paulo II, e a Câmara Municipal de Ponta Delgada em termos de Plano Diretor Municipal.

Relativamente ao parecer da Câmara Municipal, este foi favorável, mas condicionado a que fossem asseguradas medidas que garantissem que a obra não induziria ou agravasse a erosão do solo na área de intervenção.

No que se refere ao parecer da Autoridade Nacional de Aviação Civil, este foi favorável ao projeto apresentado.

A autoridade ambiental também auscultou a sua Divisão de Gestão de Resíduos, como se trata de um serviço na dependência da Autoridade Ambiental, não foi considerado um parecer externo e o teor do mesmo encontra-se exposto neste parecer no ponto referente ao fator ambiental Gestão de Resíduos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise do conteúdo do EIA, dos resultados da Consulta Pública, dos pareceres emitidos pelas entidades competentes auscultadas, da apreciação técnica do projeto de Correção da E.R. 9.2ª no Portal do Vento pelos Serviços que integram a Comissão de Avaliação e do conhecimento desta sobre a área de implantação do empreendimento, esta reconhece o seguinte:

- A ocorrência de vários impactes negativos transversais a diferentes fatores ambientais resultantes da implementação do projeto e cujos efeitos terão maior incidência na fase de construção, salienta as alterações de morfologia com as movimentações de terras, o volume de inertes a transportar para vazadouro, o aumento do risco de instabilidades gravíticas potenciadoras de fenómenos de erosão e de movimentos de massa, a possibilidade de dispersão de infestantes e os constrangimentos à circulação rodoviária na área de estudo;
- A grande maioria dos impactes negativos iniciados com a construção tem duração limitada a esta fase, contudo, alguns tornar-se-ão permanentes e por isso prolongam-se para a fase de exploração, nomeadamente no que se refere às alterações na morfologia, paisagem, ocupação do solo e efeito barreira em habitats, desconhecendo-se ainda a eficácia das ações a implementar em matéria de minimizar o risco de instabilidade gravítica ou de erosão do solo;
- Existem também vários impactes positivos resultantes da execução da Correção da E.R. 9.2ª no Portal do Vento, estes fazem-se sentir com maior incidência durante a fase de exploração do empreendimento, são muito mais duradouros no tempo e, nomeadamente a melhoria de acessibilidade, pode ser muito significativo;
- Apesar do procedimento de AIA decorrer em fase de Projeto de Execução, no EIA não foram analisados os impactes inerentes à localização do estaleiro da obra, nem é referida a localização do vazadouro a acolher as terras sobrantes nem analisados os efeitos decorrentes desta ação.

Assim, perante os aspetos acima reconhecidos, a Comissão de Avaliação, tendo em conta a significância e a duração dos impactes positivos para a fase de exploração da Correção da E.R. 9.2ª no Portal do Vento e não identificando outros impedimentos legais, considera que existem condições para a emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) ao Projeto de Execução “Correção da E.R. 9.2ª no Portal do Vento” mas condicionada aos aspetos abaixo discriminados de forma a colmatar as lacunas e incertezas existentes e a atender à

condicionante indicada no parecer da Câmara Municipal de Ponta Delgada de molde a compatibilizar o empreendimento com o Plano Diretor Municipal:

- Cumprimento das medidas de minimização indicadas no Estudo de Impacte Ambiental aceites pela Comissão de Avaliação com as alterações e adições de outras introduzidas por esta no presente parecer;
- Informação à Autoridade Ambiental dos locais de implantação do Estaleiro e de Vazadouro das terras sobrantes, devidamente acompanhado de um plano de circulação viária para transporte dos materiais associados à obra e condicionado à evidenciação de que foram selecionados os melhores trajetos de forma a minimizar os incómodos sobre as povoações e respeitadas as obrigações legais em matéria de aceitação para destino final de inertes;
- Espécimes das espécies naturais/ endémicas protegidas a utilizar devem ser artificialmente propagados, designadamente provenientes de viveiros florestais da ilha de São Miguel e o mais próximo possível da área do projeto propriedade, forma a se tentar evitar trocas genéticas entre espécies oriundas de diferentes ecótipos, com consequentes perdas de património genético;
- O corte/ destruição e/ ou transplantação de espécimes de espécies protegidas, a verificar-se, carece de licença/ autorização ao abrigo do D.L.R. n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade na Região Autónoma dos Açores, a emitir pela Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas;
- Os rizomas, fragmentos ou outro material passível de propagação vegetativa de flora invasora devem ser removidos do local e/ou acondicionados de forma a não se regenerarem;
- No controlo/ erradicação de espécies infestantes/ invasoras dever-se-á dar primazia a metodologias que privilegiem o controlo físico em detrimento do controlo químico com aplicação de fitofármacos/ herbicidas, sendo que a verificar-se a sua aplicação deve ser cumprido o disposto no Decreto-Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos, assim como o disposto no Decreto Regulamentar

Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril, que regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro, que interdita o uso no espaço público de herbicidas cuja substância ativa seja o glifosato;

- Deve o proponente submeter à aprovação da Autoridade Ambiental a lista das espécies de flora a utilizar na referida realização de sementeiras e plantações, de forma a permitir um maior grau de desenvolvimento vegetativo, esclarecendo, mormente, qual a proveniência do material vegetal a utilizar e respetivas quantidades;

- Implementação de um programa de monitorização topográfica e geodésica para medição de deslocamentos nos taludes resultantes do projeto e nos estratos geológicos afetados por este de modo a permitir detetar instabilidades gravíticas e problemas de erosão sobre estas superfícies e solos confinantes, respeitando os critérios e objetivos expostos no presente parecer e a ser aprovado pela Autoridade Ambiental antes da entrada em exploração da Correção da E.R. 9.2ª no Portal do Vento;

- Implementação de um programa de monitorização ao nível da disseminação de plantas infestantes nos locais de vazadouro, tendo em conta este impacto negativo na fase de construção do projeto em virtude do desaterro de solos e rochas e seu encaminhamento a vazadouro e a ser aprovado pela Autoridade Ambiental antes do início da construção do projeto de Correção da E.R. 9.2ª no Portal do Vento.

Açores, 15 de outubro de 2021

P1ª Comissão de Avaliação

Carlos Faria

Nuno Pacheco

Paulo Pimentel

Ana Rita Dinis

Luís Rodrigues

Isabel Castanho

Natália Silva